

O trabalhador-artista, a disputa pela renda e o papel das políticas públicas de financiamento da cultura¹

Juny KP²

Ruy Sardinha LOPES³

Universidade de São Paulo, São Carlos, SP

RESUMO

O presente artigo resulta de uma pesquisa de mestrado ainda em andamento no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP, *campus* São Carlos, e objetiva investigar a relação “sensível” entre os percursos formativos e estratégias de sobrevivência econômica do trabalhador-artista, e as políticas municipais de financiamento à Cultura. Tomamos como objeto de investigação a cidade de São José do Rio Preto, localizada no interior do estado de São Paulo e o Prêmio de Fomento Nelson Seixas.

PALAVRAS-CHAVE: trabalhador-artista; São José do Rio Preto; trabalho; artes visuais; políticas públicas.

1. Introdução

Partindo da distinção estabelecida por Marx entre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo, este artigo pretende, por um lado, investigar o papel do trabalho artístico, mais especificamente do trabalhador-artista visual no modo de produção capitalista contemporâneo. Como decorrência do lugar ocupado pelo trabalhador-artista podemos extrair algumas características do esforço desse trabalhador sobreviver por meio do seu ofício, em ambiente frequentemente desfavorável, o que o torna dependente das políticas públicas de fomento à cultura. Por outro lado, é cada vez mais notório o papel econômico e simbólico que as artes e a cultura desempenham na gestão e governança urbanas contemporâneas, das cidades médias, inclusive. Como apontado por autores como David Harvey (2005) e Raquel Weber (2020), as atividades artísticas

1 Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa – Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

2 Mestrando do Curso de Arquitetura e Urbanismo do PPGAU / IAU-USP, email: junykp@usp.br. Bolsista CAPES PROEX Temporária, 05/2023-02/2024. Artista e produtor cultural.

3 Doutor em Filosofia, professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP, *campus* São Carlos. Coordenador do Núcleo de Estudos das Espacialidade Contemporâneas, NEC-USP, email: rsard@sc.usp.br.

podem gerar importantes “rendas de monopólio” para as localidades em que estão inseridas, de maneira que as políticas de financiamento à cultura podem também servir de impulsionadoras da extração de renda urbanas, conferindo, portanto, ao trabalhador-artista um papel importante para a reprodução ampliada do capital.

2. Seria o trabalho-artístico produtivo?

Karl Marx, em seu capítulo VI, inédito, do livro I do Capital, afirma que, sendo a mais-valia o fim imediato e o produto da produção capitalista, "só é produtivo aquele trabalho – e só é trabalhador produtivo aquele que emprega a forma de trabalho – que diretamente produza mais-valia; portanto, só o trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital" (MARX, 1978, p.70). Do ponto de vista do processo capitalista de produção, afirma Marx, o trabalho produtivo é aquele que se realiza – sem equivalente para o operário, para seu executante – em mais-valia, representada por um sobreproduto ou seja, um incremento excedente de mercadoria para o monopolizador dos meios de trabalho, para o capitalista (idem). Do ponto de vista do processo capitalista de produção, o valor de uso específico do trabalho produtivo não reside nas “qualidades úteis peculiares ao produto no qual se objetiva, mas seu caráter de elemento criador de valor de troca (mais-valia)” (idem, p.75)

Seria, então, o trabalho artístico produtivo? Marx detém-se na contraposição entre o trabalho de Milton - autor de Paraíso Perdido - e o escritor “que proporciona trabalho como de fábrica a seu livreiro”. O primeiro que produz “tal como um bicho-da-seda produz a seda, como manifestação de sua natureza” e, a seguir, vende o seu produto, assim como uma cantora “que entoia como um pássaro”, são trabalhadores improdutivos. Já o “literato proletário de Leipzig que produz livros para o encargo do livreiro ou a mesma cantora, agora contratada por um empresário, que a faz cantar para ganhar dinheiro”, estão próximos do trabalhador produtivo (idem, p.76). Assim, uma mesma atividade – ou produto dessa atividade – pode ser produtiva ou improdutiva a depender o tipo de relação que estabelece com o processo capitalista de produção, isto é, por sua subsunção às determinações do capital.

Não seria, pois, a arte, pelo menos a partir da modernidade estética, como nos faz ver Agamben (1970), “um produto da vontade criativa do artista, o gênio que cria ex nihilo” e a obra de arte um objeto produzido pelo desígnio de uma vontade criadora? (MONTEIRO, 2014, p.34). Não resultaria, a presumível relação ontológica entre a obra e os desígnios de seu criador, a impossibilidade da transmutação do trabalho concreto em trabalho abstrato, tido por Marx, como a substância do valor? Ou, em outras palavras, como querem fazer crer os economistas neoclássicos, estaríamos diante de mais uma demonstração dos limites da teoria marxiana do valor?

A questão – seria o trabalho artístico produtivo? - está, entretanto, mal posta. E o alerta é do próprio Marx: o caráter produtivo ou improdutivo do trabalho não decorre de seu conteúdo material, das determinações formais econômicas ou dos depositários materiais dessas determinações (idem, p.78). Como já afirmado, um trabalho de idêntico conteúdo pode ser produtivo ou improdutivo a depender das relações sociais que estabeleça e das formas como coopera e se integra na “máquina produtiva total”. Como resultado do desenvolvimento do processo da subsunção real do trabalho ao capital, cada vez mais “funções da capacidade de trabalho se incluem no conceito imediato de trabalho produtivo e seus agentes no conceito de trabalhadores produtivos, diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral a seu processo de valorização e de produção (idem, p.71)

A questão a ser repostada então é sobre os mecanismos por meio dos quais os desígnios do capital se sobrepõem aos dos artistas-trabalhadores, ainda que – e, como demonstrado acima, a pretensa contradição seja uma aparência socialmente necessária – um *ethos* antagonista presida seu trabalho.

Várias dimensões desse processo de transmutação podem ser levantados, como, por exemplo, o quanto a emergência, “social”, da função-autor, do artista como um trabalhador excepcional e da arte como uma atividade “livre e criativa” (DURÁN, 2011) são formas de subsunção da função social dessa atividade ou ainda o quanto o fato da obra de arte poder ser entendida como a cristalização de um amplo espectro de trabalho humano (GRAW, 2017) abrem um conjunto de possibilidades a serem exploradas por uma economia política das artes, o que, evidentemente, não temos

condições de aqui sequer alinhar. Para os objetivos desse artigo, gostaríamos apenas de destacar dois aspectos: as condições de exploração e precarização do trabalhador-artista e o papel que tais atividades podem gerar para governanças urbanas.

3. A “criação” da mais-valia

É importante não esquecer, novamente segundo as lentes de Marx, que o processo de autovalorização do capital reside na exploração do trabalho não pago. Deter, pois, a atenção sobre as condições materiais e institucionais do trabalho artístico e da reprodução dessa força de trabalho é fundamental para o melhor entendimento do caráter produtivo dessa atividade.

Não obstante à construção social do artista como um trabalhador criativo, inventivo, móvel, insubordinável às hierarquias, intrinsecamente motivado preso em uma economia de incertezas e mais exposto aos riscos da concorrência entre os indivíduos e as novas inseguranças das trajetórias profissionais (MENGER, 2002), é preciso reconhecer que, em boa parte das vezes, as condições a que está submetido nada tem de enobrecedoras. Como demonstra a sociologia do trabalho artístico, entre eles autores como Pierre-Michel Menger, o trabalhador-artista não possui a segurança do salário, o que o leva a se tornar um ser polivalente, atuando em diversos campos e frentes a fim de obter renda para sua sobrevivência. Desde sua produção artística materializada em objetos de arte, passando por seu conhecimento artístico-cultural, quando ministra atividades formativas, até o campo do pensar artístico, quando se coloca como produtor/pensador de eventos e projetos culturais. Para o trabalhador-artista sobreviver exclusivamente de arte, cabe a ele por ovos em mais de uma cesta, equilibrando as cestas para que os ovos não quebrem. Um malabarista urbano.

Se, como vêm apontando boa parte dos agentes financeiros e agências multilaterais as atividades ditas “criativas” – a arte aí incluída – vêm demonstrando boa performance econômica – ainda que a pandemia tenha impactado fortemente o setor, relativizando os prognósticos mais otimistas – é preciso também reconhecer que,

mesmo nos cenários mais favoráveis, a distribuição dos lucros gerados pelo setor permanece desigual, cabendo ao trabalhador-artista a menor parcela dessa renda.

4. A arte da renda urbana

Seguindo a trilha aberta por Henry Lefebvre nos anos 1970, autores como David Harvey (2005) e Rachel Weber (2020) vêm destacando o fato da “questão urbana” ter se tornado estrutural ao processo de valorização capitalista, ao passo que também aqui o espaço abstrato, isto é, aquele conformado a partir das exigências do capital, se sobrepõe aos valores de uso – sociais, culturais, identitários etc. – que as conformações urbanas e demandas sociais possam carregar.

Se tal processo já podia ser observado com a emergência do capitalismo industrial; a necessidade do encontro de saídas de emergência para a grande crise do capital em curso desde meados dos anos 1970, por um lado, implicou a invenção de um novo modo de (des)regulação política e econômica - que podemos chamar de “neoliberalismo”, “financeirização”, “globalização” etc. - ; por outro lado, conferiu inaudita centralidade – econômica – à cultura (Jameson) e reposicionou as cidades diante das novas necessidades do capital. Seguindo a glosa neoliberal, os novos empreendedores urbanos se viram forçados a tentar conferir usos produtivos ao capital, vendendo suas cidades como máquinas de crescimento (ou de investimento).

Entre os diversos instrumentos e arranjos utilizados está a percepção de que a atração de atividades culturais e artísticas poderia gerar desejáveis “rendas de monopólio” para essas localidades. Dessa maneira, o capital deve "apoiar formas de diferenciação, assim como deverá permitir o desenvolvimento cultural local divergente e, em algum grau, incontrolável” (HARVEY, 2005, p. 236). Essa é uma das várias contradições apresentadas pelo autor na relação existente entre o capital e a mercadoria.

Portanto, os festivais e os eventos culturais também se tornam foco das atividades de investimento. "As artes criam um clima de otimismo - a cultura do 'é possível fazer' é essencial para o desenvolvimento do empreendimento cultural", afirma a introdução de um recente relatório do *Arts Council of Great Britain* [Conselho de

Artes da Grã-Bretanha], acrescentando que as atividades culturais e as artes podem ajudar a romper a espiral descendente da estagnação econômica nas cidades do interior, e ajudar as pessoas "a acreditar em si mesmas e em sua comunidade" (BIANCHINI, 1991 *apud* HARVEY, 2005).

5. O circuito das artes e o artista-trabalhador em São José do Rio Preto

Ao aplicarmos o conceito de ecossistemas das artes (Fetter, 2018) - quando dentro de um sistema maior das artes co-habitam diversos sistemas distintos entre si - no campo das artes visuais de uma cidade como São José do Rio Preto, localizada no noroeste paulista, distante 450 km da capital, percebemos a existência de, pelo menos, três sistemas: 1. contemporâneo/independente; 2. comercial; 3. *naif*/primitivos/vernaculares:

1. No sistema que aqui denominamos "contemporâneo/independente" estão artistas que pensam e produzem conforme as tendências da "arte contemporânea", não apenas no sentido cronológico do que é produzido no hoje, mas também enquanto linguagem. As obras ultrapassam materialidades clássicas (óleo, mármore, moldura) e dialogam com o mundo contemporâneo, suas glórias e suas angústias, fazem uso das tecnologias mais recentes para falar de temas do aqui e do agora. Não perseguem "o belo", tão pouco o entendimento imediato. Fazem parte desse grupo, artistas que transitam, aglutinam e experimentam diversas linguagens, suportes e materialidades (vídeo, tecnologia, dança, teatro, objetos mundanos, pintura, murais, etc). Em resumo, são motivados por ideias, por incômodos e não pela simples representação literal do mundo no qual estão inseridos. Esse grupo, em sua maioria, encontra nos editais públicos, o principal meio para financiar seus projetos/obras, assim como seus gastos para sobrevivência, os famosos boletos. Em São José do Rio Preto, esse sistema "independente", não possui galerias, *marchands* ou colecionadores permanentes que sustentem economicamente os ciclos de vida e sobrevivência. Surgem, nessa lacuna, outros agentes, também independentes para servir como espaços de circulação e

possibilitar para seu público (sim temos um público que frui a produção independente!) a frequência e o contato com o que é produzido.

2. O segundo sistema co-habitando nas artes visuais de São José do Rio Preto é o aqui denominado "comercial". O artista visual deste sistema opta por uma produção alienada e bem aceita pelo "grande público" comprador. São produções artísticas que possuem um fim específico de decoração. Os temas mais presentes são figurativos, reproduções e abstratos. Esses artistas conectam-se a arquitetos que servem como galerias, sendo os intermediários entre artista e cliente. Importante entender que, em sua maioria, para esses clientes pouco importa o que efetivamente o artista produz. O interesse está se a obra serve ao propósito de compor a sala de recepção de um consultório médico no bairro Redentora, ou se combina com o sofá de uma sala de estar localizada em um dos diversos condomínios de casas de alto luxo presentes na cidade. Aqui o comércio acontece, há compra e venda sendo realizadas de modo sistemático. Os *showrooms* são os corredores e espaços culturais dos shopping centers da cidade. E São José do Rio Preto possui cinco. O Shopping Center se torna parceiro ideal nesse sistema, espaço pós-moderno por excelência, reúne todos os valores do termo "comercial". Rápido, superficial e artificial. Os artistas desse sistema não possuem o hábito de participar dos editais municipais.

3. Por fim, o terceiro sistema é o dos artistas que denominamos *naiíf/primitivos/vernaculares*. Por conta da existência de José Antônio da Silva⁴, artista de renome internacional, presente em diversas Bienais de São Paulo e residente de São José do Rio Preto, surgiram dezenas de artistas autodidatas de origem muito simples com temática

4 José Antônio da Silva (Sales de Oliveira, São Paulo, 1909 - São Paulo, São Paulo, 1996). Pintor, desenhista, escritor, escultor, repentista. Trabalhador rural, de pouca formação escolar, é autodidata. Em 1931, muda-se para São José do Rio Preto, São Paulo. Participa da exposição de inauguração da Casa de Cultura da cidade, em 1946, quando suas pinturas chamam atenção dos críticos Lourival Gomes Machado (1917-1967), Paulo Mendes de Almeida (1905-1986) e do filósofo João Cruz e Costa. Dois anos depois, realiza mostra individual na Galeria Domus, em São Paulo. Nessa ocasião Pietro Maria Bardi (1900-1999), diretor do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp), adquire seus quadros e deposita parte deles no acervo do museu. O Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM/SP) edita seu primeiro livro, Romance de Minha Vida, em 1949. Na 1ª Bienal Internacional de São Paulo, em 1951, recebe prêmio aquisição do Museum of Modern Art (MoMA) [Museu de Arte Moderna] de Nova York. Em 1966, Silva cria o Museu Municipal de Arte Contemporânea de São José do Rio Preto e grava dois LPs, ambos chamados Registro do Folclore Mais Autêntico do Brasil, com composições de sua autoria. No mesmo ano, ganha Sala Especial na 33ª Bienal de Veneza. Publica ainda os livros Maria Clara, 1970, com prefácio do crítico literário Antônio Candido (1918); Alice, 1972; Sou Pintor, Sou Poeta, 1982; e Fazenda da Boa Esperança, 1987. Transfere-se de São José do Rio Preto para São Paulo, em 1973. Em 1980, é fundado o Museu de Arte Primitivista José Antônio da Silva (MAP), em São José do Rio Preto, com obras do artista e peças do antigo Museu Municipal de Arte Contemporânea. Disponível em <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa2079/jose-antonio-da-silva>. Acessado em 14 de agosto de 2023.

popular, do campo, do boteco e da vida simples de uma cidade do interior. Simples, mas nunca ingênua. Tal produção teve seu auge local nos anos 80 e 90, quando o poder público ratificou sua importância ao adquirir obras para seu acervo, ao promover salões de arte e neles incluírem a categoria "naïf" e, por criar o Museu de Arte Primitivista (MAP)⁵, o Museu do Silva e o Museu de Arte Naïf (MAN)⁶ equipamentos públicos em funcionamento abertos ao público. O sistema é validado quando aqueles que dele fazem parte, reconhecem-se entre si. Por conhecimento empírico, afirmamos que estes artistas são economicamente precarizados, vivem no limite da pobreza.

Tanto "comerciais" quanto "naïfs" não participam dos editais culturais da cidade. Em levantamento - em andamento - das listas de inscritos no Prêmio Nelson Seixas (2005-2023) realizado pelos autores, foi possível reunir dados para constatar que os sistemas mencionados raramente participam dos editais municipais. Suspeitamos que lhes faltem o letramento digital e o letramento em editais culturais. É imperativo políticas e ações de acessibilidade e formação em leitura e escrita de projetos culturais.

Esses três sistemas formam o ecossistema das artes visuais de São José do Rio Preto. Também conhecido como circuito das artes visuais de Rio Preto. São artistas, circunscritos aos seus circuitos, e que raramente, dialogam entre si.

6. Prêmio Nelson Seixas, agora Lei Nelson Seixas

A formulação de políticas de promoção e financiamento da cultura atendem a uma dupla demanda: a de garantir meios de sobrevivência e reprodução da força de trabalho artística e fomentar a extração de rendas monopolistas do local onde essas atividades acontecem.

O Programa Municipal Nelson Seixas de Fomento à Produção Cultural, criado em 2003, como Prêmio Nelson Seixas/Cultura para Todos, é um instrumento de fomento municipal transformado em lei, no ano de 2005 (LEI Nº 9440, de 09 de maio

⁵ Mais detalhes em <https://www.riopreto.sp.gov.br/museu-arte-primitivista/>. Acessado em 16 de agosto de 2023.

⁶ Mais detalhes em <https://www.riopreto.sp.gov.br/6226/>. Acessado em 16 de agosto de 2023.

de 2.005)⁷ pela Prefeitura de São José do Rio Preto, por meio da Secretaria Municipal de sua Secretaria de Cultura. Neste mês de agosto de 2023, acompanhando as leis Aldir Blanc de Emergência Cultural/LAB (14.017 de 29 de junho de 2020)⁸ e a Lei Complementar Paulo Gustavo/LPG (195 de 08 de julho de 2023)⁹, o Prêmio Nelson Seixas/PNS teve sua nomenclatura alterada para Lei Nelson Seixas/ LNS.

Os programas de fomento em nível local/municipal garantem, a depender de seu valor e proporção dentro do orçamento público da cidade, a produção de bens materiais por parte da classe trabalhadora-artística. A contínua construção do Prêmio de Fomento se dá por meio de grande discussão entre poder público e sociedade civil. Uma constante e aguerrida luta por ampliação nos valores totais destinados ao instrumento de fomento, assim como para a pasta da Cultura inserida na municipalidade. Hoje, São José do Rio Preto é a cidade capital de região metropolitana do estado de São Paulo com menor orçamento destinado à cultura com parcos 0,33% do orçamento anual.

A Lei Nelson Seixas divide seus selecionados dentre as linguagens representativas da produção cultural da cidade, acatando suas características. Assim, reduz qualquer chance de desvios ou aberrações, tampouco dá espaço para arranjos políticos para que uma linguagem estranha à produção cultural da cidade venha a ser forjada artificialmente ou receba verbas públicas. Por exemplo, se, historicamente há uma produção de Cultura Hip Hop na cidade, é natural que ela esteja representada no edital.

7 DECRETO LEI nº 9440/09/05/2005. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-jose-do-rio-preto/lei-ordinaria/2005/944/9440/lei-ordinaria-n-9440-2005-institui-o-programa-municipal-nelson-seixas-de-fomento-a-producao-cultural-para-a-cidade-de-sao-jose-do-rio-preto-e-da-outras-providencias>. Acessado em 08 de agosto de 2023.

8 Esta Lei institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.. A política estabelece também diretrizes para a prestação de contas de projetos culturais, inclusive audiovisuais, realizados no âmbito das leis federais, estaduais, municipais e distritais de incentivo à cultura. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/114399.htm. Acessado em 08 de agosto de 2023.

9 Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 (Lei Paulo Gustavo): Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para não contabilizar na meta de resultado primário as transferências federais aos demais entes da Federação para enfrentamento das consequências sociais e econômicas no setor cultural decorrentes de calamidades públicas ou pandemias; e altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para atribuir outras fontes de recursos ao Fundo Nacional da Cultura (FNC). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp195.htm. Acessada em 10 de agosto de 2023.

Por meio do Conselho Municipal de Políticas Culturais, instituído em 2020, é possível, de maneira democrática, inserir e retirar linguagens artísticas, debater o formato do programa de incentivo e ajustar quantidades de prêmios em cada uma das linguagens, de acordo com a realidade do trabalhador-artista de São José do Rio Preto.

Com a prática dos Editais, as governanças escapam das políticas de balcão - formato em que se privilegiavam poucos e sem qualquer transparência no processo de escolha. Por outro lado, o mesmo governo se exime de qualquer ampliação de projetos, ampliação orçamentária para a pasta da cultura ou qualquer proposta que venha da sociedade ou da câmara municipal. A Secretaria de Cultura não pode ter na Lei Nelson Seixas seu único instrumento de política pública. A formação e a fruição completam o tripé.

A governança local de São José do Rio Preto conseguiu instituir um instrumento de fomento que, dentro de sua limitação, consegue contribuir na produção e circulação de bens culturais. É muito pouco. Não temos uma lei de incentivo fiscal municipal (ICMS). Onde estão os demais agentes da cidade? Onde estão os agentes privados? As empresas da cidade e sua associação comercial/ACIRP ainda não compreenderam arte e cultura como potenciais de lucro de renda. Quando há, sua participação é minúscula e limitada a determinadas linguagens (por exemplo, a música), e o formato fica restrito a eventos pontuais (festas, comemorações, festivais) e nunca a projetos de longa duração. O trabalhador-artista tem sua área de atuação reduzida formando um território árido e concorrido pelo que existe: a verba pública em editais das esferas municipal, estadual e federal.

Passamos por difíceis e ultrajantes quatro anos na esfera cultural federal sob o desgoverno de Jair Bolsonaro (2019-2022)¹⁰. Durante esse período, não bastou reduzir investimentos na área, mas para além disso, houve desinvestimento, houve guerra cultural e ideológica contra a figura do trabalhador-artista.

Por uma questão geográfico-econômica, os residentes no estado de São Paulo possuem mais oportunidades de fomento público principalmente por conta da existência do ProAC, programa de Ação Cultural do estado de São Paulo. Programa este que, por meio de seus mais de 50 editais, fomentou a produção do estado distribuindo R\$ 273,2 milhões, divididos em 67 linhas de editais, os programas ProAC Expresso Editais, ProAC Expresso ICMS, #Juntos pela Cultura, Difusão Cultural e Cultura Viva SP¹¹. Mesmo se mostrando tão pujante, ainda não dá conta da demanda de trabalhadores-artistas e produtores que submetem projetos. Em levantamento realizado pelo FLIGSP, (Fórum do Litoral, Interior e Grande São Paulo)¹², ano de 2023, o PROAC recebeu um total de 19504 projetos inscritos em seus 45 editais. Foram selecionados 870 projetos, o que representa apenas 4,46% do total de inscritos. Isso diz muito.

7. Considerações finais

Inseridos no jogo do capital, o trabalhador-artista é visto tanto com olhos de desconfiança, quanto com olhos de desejo. Pois, se por um lado, pelos olhos do cidadão

10 As mobilizações ocorridas durante o governo Temer não se repetiram, entretanto, quando em 2019 Jair Bolsonaro rebaixou o status do Ministério da Cultura para Secretaria Especial da Cultura, vinculada primeiro ao Ministério da Cidadania e, atualmente, ao Ministério do Turismo. Desde o rebaixamento para Secretaria Especial da Cultura, seis pessoas já ocuparam o cargo de secretário. O primeiro foi Henrique Pires, que deixou o posto após acusar o governo de tentar censurar um edital ligado à temática LGBTQIA+. Depois vieram José Paulo Martins e Ricardo Braga, com breves passagens, o primeiro apenas como interino, em duas ocasiões. O secretário seguinte seria o diretor teatral Roberto Alvim, afastado após discursar inspirado em Joseph Goebbels, ministro da propaganda nazista. Em seguida, quem passou pela cadeira foi a atriz global Regina Duarte, afastada depois de interromper uma entrevista na CNN Brasil na qual minimizou a ditadura militar. Atualmente, o cargo está com o também ator global Mário Frias, que costuma circular armado pelas dependências da secretaria, o que intimida os funcionários. Para um aprofundamento sobre a extinção do MinC no (des)governo Bolsonaro consultem o livro **O Fim do Ministério da Cultura: Reflexões sobre as Políticas Culturais na Era Pós-MinC**, de Rafael Moreira e Lincoln Spada, Imaginário Coletivo. 2022, 272 p.

11 Disponível em <https://osaopaulo.org.br/sao-paulo/governo-do-estado-de-sao-paulo-bate-recorde-nos-programas-de-fomento-a-cultura-em-2022/>. Acessado em 13/02/2023.

12 O Fórum do Litoral, Interior e Grande São Paulo é formado por artistas, produtores e gestores culturais de mais de 80 municípios, do Estado de São Paulo, somando mais de 150 participantes para debater o desenvolvimento das Artes da Cena e das Políticas Públicas no que se refere à formação, pesquisa, produção e difusão cultural, no intuito de oferecer alternativas que garantam a continuidade e a permanência do artista cênico em sua região www.fligsp.org

comum, ele sequer é considerado como um trabalhador, uma pessoa idônea, um contribuinte para a economia local; por outro lado, os mercados, sempre na contínua busca pelo controle das narrativas, antecipações e concentração exponencial do lucro, nos rotulam como Economia Criativa, estabelecem regras, categorias e diretrizes, apontando as potencialidades do segmento e a promessa de que a criatividade é o novo Eldorado a ser explorado. Sim, os verbos são esses: Explorar, cooptar, controlar.

É preciso um olhar mais aproximado e minucioso para o sujeito trabalhador-artista de modo, a desvelar suas particularidades, potências e fragilidades, detectar suas contribuições dentro do árido jogo do capitalismo e explicitar suas carências e necessidades para um bem estar mais digno e coletivo.

Na infinita luta pelo lucro, o capital transforma tudo que toca em mercadoria, e não é diferente com a Cultura e Arte. Algo tão livre, tão abstrato, tão singular, se torna meio para renda monopolista, levando a uma "disneificação", ou seja, tudo cada vez mais igual para facilitar a apresentação e digestão. O pensamento original é distorcido, banalizado e transformado em algo menos crítico e agudo. Não precisa ser sempre assim.

As disputas que ocorrem no meio urbano construído, seja na área imobiliária, seja na cultural, apresentam sempre dois lados: os exploradores e os explorados, estes últimos que em sua brutal maioria sequer percebem estarem sendo explorados. No meio construtivo, o mercado negocia o tempo e não mais o imóvel, pois o imóvel a ser construído já não satisfaz mais as projeções de lucro e retorno do capital investido - capital esse, na maioria das vezes oriundas do poder público, diga-se de passagem.

No meio cultural, o mesmo mercado, commodifica tudo o que vê. Ele lança poucos ao estrelato e à riqueza, criando e mantendo viva a ilusão de que é possível, basta você "seguir as regras ditadas e as tendências lançadas". Quando de fato, a verdadeira produção cultural está muito longe das longas garras do capital. Ela está nas periferias do mundo, está na produção coletiva do comum, está no poder de honrar e manter as tradições e a memória das pessoas. Está no humano.

Referências Bibliográficas

DURÁN, José María. “Elementos para una Crítica de la Economía Política del Arte”. In.: **Revista Eptic**. Vo. XIII, n. 2. Aracaju, 2011.

GRAW, Isabelle. The value of the art commodity Twelve theses on human labor, mimetic desire, and aliveness. **ARQ (Santiago) [online]**. 2017, n.97, pp.130-145. DOI:10.4067/S0717-69962017000300130

HARVEY, David. A Arte da Renda. In: **A produção capitalista do Espaço**. 2a ed. São Paulo: Annablume, 2005. p. 217-237.

MARX, Karl. **O Capital, livro I**, Capítulo VI inédito. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MENGER, Pierre-Michel. **Portrait de l'artiste en travailleur: métamorphoses du capitalisme**. Paris: Éditions du Seuil et La République des Idées. 2002.

MONTEIRO, Juliana M. **Diante do abismo: arte e política em Giorgio Agamben**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Filosofia – Linha de pesquisa : Estética e Filosofia da arte – da Universidade Federal Fluminense. Niteroi, 2014.

WEBER, Rachel. Embedding futurity in urban governance: Redevelopment schemes and the time value of money. **Environment and Planning A: Economy and Space**. July 2020. doi:10.1177/0308518X20936686